

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.666 - RJ (2019/0268858-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : EDEMILSON SOARES PALUTINE (PRESO)
ADVOGADOS : ALINE DA VEIGA CABRAL CAMPOS - RJ099538
JORDANI FERNANDES RIBEIRO - RJ163454
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

Recurso em *habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Edemilson Soares Palutine** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de homicídio – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 0034219-73.2019.0000), mantendo a prisão imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Petrópolis/RJ (Autos n. 0133330-27.2019.8.19.0001).

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal ao argumento da ausência de fundamentação idônea a amparar a custódia preventiva.

Sustenta, ainda, que *agiu para se proteger e não ofereceu qualquer resistência ao procedimento investigatório, tendo sido ele próprio o comunicante do fato as autoridades policiais* (fl. 82).

Pede a concessão da liminar e o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (fl. 137).

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (fls. 145/148).

Contrarrazões às fls. 92/97.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fl. 151).

Após consulta realizada no portal da Corte local na internet, foi possível observar que a audiência de instrução e julgamento está designada para 11/3/2019.

É o relatório.

Busca o recorrente a revogação da prisão preventiva imposta, ao argumento da ausência de fundamentação para tanto.

Inicialmente, cabe ressaltar que, no recurso em *habeas corpus*, não há como se discutir a tese de legítima defesa, pois demandaria o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O argumento da legítima defesa é matéria cuja análise é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, *in casu*, aconteceu.

Na espécie, o Juízo de origem, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, assim fundamentou a sua decisão (fl. 101 – grifo nosso):

[...]

No presente caso atesta-se a presença do *fumus comissi delicti* pela prisão em flagrante dos agentes, logo após o crime em questão, e pelos termos de declaração acostados, notadamente pela confissão dos custodiados.

O *periculum in libertatis* decorre da necessidade de se resguardar a instrução criminal e para assegurar a aplicação de eventual sanção penal, bem como para a garantia da ordem pública, considerando-se a reprovabilidade in concreto da suposta conduta dos custodiados.

Trata-se de crime EXTREMA GRAVIDADE, eis que o custodiado desferiu inúmeros golpes com um pedaço de madeira na vítima, matando-a, vítima essa que é irmão daquele. Embora tenha sido sustentado a legítima defesa, em sede de cognição sumária, não é claro se o agente agia em legítima defesa, mormente por não ter sido ainda juntado aos autos o laudo de exame cadavérico. Nesta feita, verifica-se que a conduta do custodiado reveste-se de altíssima reprovabilidade e enseja um ambiente preocupante à paz social da localidade, considerando a tamanha violência e crueldade que teria utilizado para tentar ceifar a vida da vítima por um motivo tão banal.

Outrossim, a colocação em liberdade do custodiado de forma prematura poderá influenciar negativamente na higidez do depoimento da vítima e demais testemunhas, quando estas forem ouvidas em juízo, devendo-se

resguardar a instrução criminal. E não há vinculação do custodiado ao distrito da culpa, de forma que há risco para a garantia da aplicação da lei penal e para a conveniência da instrução criminal.

Outrossim, não foi juntado qualquer atestado que demonstre os alegados problemas de saúde do custodiado.

[...]

O Tribunal de origem, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na custódia, sob a seguinte fundamentação (fls. 48/51 – grifo nosso):

[...]

Outrossim, o MM. Juízo *a quo* igualmente demonstrou a presença do *periculum libertatis* (STF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª T., HC 80866- MA, julg. em 01.04.08), enaltecendo, por primeiro, a gravidade concreta do episódio narrado.

A espécie dos autos retrata, em tese, o gravíssimo crime de homicídio.

De fato, segundo se observa às fls. 08, que policiais militares, em tese, receberam a informação de que em uma residência teria ocorrido um homicídio para onde se dirigiram a fim de apurar o ocorrido. Lá chegando foram recebidos por Hélio Palutine que levou a guarnição até o local do fato, onde encontraram a vítima fatal Edir Soares Palutine em posição fetal com um ferimento na cabeça e ao lado do corpo um pedaço de madeira. Segundo consta o Sr. Hélio foi contatado por Sr. Edemilson, suposto autor do fato, para contar que o Sr. Edir havia caído em casa. O Sr. Hélio então se dirigiu ao local, onde Sr. Edemilson confessou ter matado Sr. Edir porque achou que o mesmo o mataria antes. Na sequência, Sr. Edemilson, supostamente, teria confessado o crime para os agentes da lei.

Em casos como tais, a orientação jurisprudencial tem sido firme no sentido de cancelar a segregação cautelar, sob o fundamento da garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do fato narrado (STF, Rel. Min. Edson Fachin, 2ª T., HC 144749 AgR/SC, julg. em 19.11.2018), obviando, por igual, o risco de reiteração de práticas análogas (STF, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª T., HC 152912 AgR/RN, julg. em 12.11.2019) e remediando, em certa medida, a sensação difusa de inação e impunidade, a repercutir negativamente sobre as instituições de segurança pública (STF, Rel. Min. Ayres Brito, 1ª T., HC 85298-SP, julg. em 29.03.05).

A hipótese concreta tende a exibir peculiaridade fática de aguda reprovabilidade, capaz de potencialmente neutralizar, em linha de princípio, benefícios penais futuros, afastando eventual cogitação favorável sobre o princípio da proporcionalidade, a supostamente repercutir em sede de tutela cautelar. E diante desse quadro jurídico altamente negativado, qualquer outra especulação, além de incursionar pelo campo espúrio premonição, também redundará em profundo revolvimento do material probatório, atividade impossível em sede de *habeas corpus* (STJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis, 6ª T., HC 227954/RJ, julg. em 24.10.2013).

De igual modo, sabe-se que a custódia preventiva também é passível de ser decretada por conveniência da instrução criminal (CPP, art. 312). E por isso, segundo as regras comuns de experiência cotidiana, hoje não mais se questiona que os crimes de tal natureza só são completamente elucidados quando os agentes investigados se acham presos, considerando os conhecidos entraves para se

formalizar definitivamente os elementos de prova inerentes à espécie (STJ, Rel. Laurita Vaz, 5ª T., HC 187272-RJ, julg. em 21.06.2012; TJERJ, Rel. Des. Sandra Kayat, 4ª CCrim, HC 47699-65/2012, julg. em 11.09.2012).

Na mesma linha, justificou a instância de base a necessidade da prisão igualmente para assegurar a aplicação da lei penal, aduzindo que “*não há vinculação do custodiado ao distrito da culpa*”. E, no particular, diante da necessidade de tal documentação ser apresentada e avaliada originariamente perante o Juízo Impetrado, sem per saltum caracterizador de eventual supressão de instância (STJ, Rel. Min. Assusete Magalhães (desig.), 6ª T., HC 195988/SP, julg. em 27.08.2013), a jurisprudência igualmente entende justificada a expedição da cautela restritiva fulcrada no terceiro fundamento do art. 312 do CPP (TJERJ, Rel. Des. Suimei Cavalieri, 3ª CCrim, HC 32136-94.2013, julg. em 02.07.2013).

Por igual, vale pontuar que os eventuais atributos pessoais favoráveis ao Paciente não tendem a forjar direito subjetivo absoluto à liberdade provisória, de sorte a obstar a segregação cautelar, quando presentes os requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP (STF, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª T., HC 120794/MG, julg. em 08.04.2014; STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, 1ª T., HC 110121/MS, julg. em 22.05.2012).

Via de consequência, afirmada a custódia prisional como necessária e oportuna, tem-se por logicamente afastada a cogitação de eventual cautelar alternativa (STJ: Ministra Laurita Vaz, 6ª T., RHC n. 102.315/RJ, julg. em 27/11/2018).

Verifica-se da leitura das peças que compõem estes autos que a prisão cautelar está devidamente amparada em elementos concretos para a garantia da ordem pública, notadamente em razão da periculosidade do agente, revelada pelo *modus operandi* empregado (acusado de ter desferido diversos golpes com um pedaço de madeira na vítima, causando-lhe as lesões que foram a causa de sua morte) e, ao que consta, o acusado é irmão da vítima. Circunstâncias essas que conferem lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

Não foi outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, para quem *a gravidade concreta da conduta delituosa e a suposta periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura, notadamente quando o crime foi praticado contra o próprio irmão* (fl. 151).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento consolidado no sentido de que a periculosidade do agente, revelada pelo modo de agir, justifica a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (RHC n. 81.343/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 6/4/2017).

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO TENTADO. DANO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, o entendimento desta Sexta Turma é de que a falta da audiência de custódia não enseja nulidade da prisão preventiva, superada que foi a prisão em flagrante, devendo ser este novo título de prisão aquele a merecer o exame da legalidade e necessidade.

2. **Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, consistente no *modus operandi* do delito, pois o autor dos fatos, na posse de um facão, desferiu golpes contra os policiais, não conseguindo atingi-los.** Em seguida, perseguiu o policial Sérgio José Morete com o intuito de esfaqueá-lo, momento em que o autuado atingiu, por duas vezes, a viatura policial com o facão, danificando-a, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

3. *Habeas corpus* denegado.

(HC n. 382.166/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/3/2017 – grifo nosso)

No caso, tenho que ficou demonstrada a necessidade da prisão preventiva, não se mostrando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Nessa linha, confirmam-se, entre tantos, estes julgados: RHC n. 69.268/MT, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 21/6/2016; RHC n. 59.977/MG, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 3/2/2016; e HC n. 353.503/MG, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 17/5/2016.

Ademais, é consabido que eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a custódia antecipada, quando, como na hipótese, estão presentes os requisitos autorizadores da decretação da medida constritiva de liberdade. Nessa linha: RHC n. 62.112/MG, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 19/11/2015; e HC n. 334.225/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/2/2016.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso em *habeas corpus* e, na parte conhecida, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator